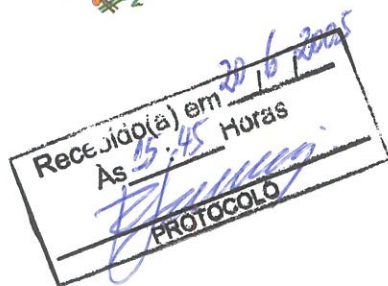




CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

2
D



PROJETO DE LEI Nº. 60, DE 20 DE JUNHO DE 2005.

Institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

Art. 1º - Fica instituído o "Projeto Férias", a ser desenvolvido durante o período de recesso escolar e férias, nas escolas municipais.

Art. 2º - O Projeto Férias terá os seguintes objetivos :

- I - desenvolver ações de cidadania dirigidas a crianças e adolescentes;
- II - aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola ;
- III - reduzir os riscos de danos psico-sociais a que as crianças e adolescentes ficam expostos durante as férias escolares;
- IV - reduzir os níveis de violência observados durante as férias escolares;
- V - desenvolver programas de caráter sócio-cultural, esportivo e de educação em saúde;
- VI - incrementar o processo de descentralização e intersetorialidade administrativas.

Art. 3º - Poderão se inscrever no Projeto Férias as crianças e adolescentes da comunidade da escola.

Art. 4º - As inscrições das crianças e adolescentes interessadas em participar do Projeto Férias serão feitas nas escolas, dois meses letivos ao período de férias e ao recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do Projeto Férias deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades sócio-culturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto Férias será desenvolvido nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O Projeto Férias deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

2



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O projeto dispõe sobre o desenvolvimento de Programas Culturais e Esportivos, durante o período de recesso escolar de inverno e verão nas escolas municipais.

Atribui as competências aos Departamentos Municipais de Educação, Cultura e Esportes, Lazer e Recreação para o desenvolvimento destas ações.

O objetivo do Projeto é proporcionar novos caminhos para a reconceitualização do equipamento público como um espaço privilegiado de ocupação lúdica educativa, de integração da sociedade civil por meio das artes e esportes, desenvolvendo não só seu imaginário mas, principalmente, formas de solidariedade não-competitivas e canais de acesso à tradição cultural de maneira ativa e crítica.

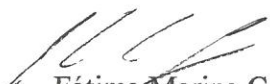
O Projeto Férias Cordeirópolis, propõe uma nova perspectiva de se pensar as férias escolares, pois, além de sua dimensão pedagógica, cultural e esportiva, garante o direito às crianças e adolescentes de opções de lazer e recreação de qualidade durante o recesso escolar.

O presente Projeto de Lei, inclui atividades de educação em saúde e propiciando o acesso à participação nas atividades do Projeto Férias de qualquer criança ou adolescente da comunidade escolar.

O Projeto Férias deverá ser desenvolvido de forma descentralizada e com ampla divulgação junto à comunidade. Ao propor que representantes das associações de moradores, das ONGs, dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente participem da definição das atividades do Programa, estimula-se a participação da comunidade no desenvolvimento das ações.

A aprovação do presente Projeto de Lei permitirá que o Projeto Férias seja efetivado. Desta maneira, a Câmara Municipal poderá contribuir com ações concretas que reduzam a violência, protegendo crianças e adolescentes e trabalhando na perspectiva de construção de uma Cidade Saudável e Solidária.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 20 de junho de 2005.


Fátima Marina Celin
Vereadora

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER

Propositura: Projeto de Lei de nº 60, de 20 de junho de 2.005, de autoria da Nobre Vereadora Fátima Marina Celin.

Assunto: Institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

Parecer:

O Projeto de Lei em questão institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é do Poder Legislativo, conforme dispõe o art. 11, I, da Lei Orgânica Municipal.

O Projeto em apreço proporcionará desenvolvimento cultural e cidadania para as crianças da cidade, se tratando de empreendimento criativo, em nada onerando os cofres públicos.

Não existe, portanto, vício de iniciativa, estando, o presente feito apto para deliberação de plenário.



Conclusão:

De acordo com a manifestação acima, entendemos, S.M.J., que a propositura é LEGAL, estando apta à apreciação do Plenário.

Cordeirópolis, 18 de outubro de 2.005.


CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

OAB/SP 195.971



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

6
+

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer referente ao Projeto de Lei n.º 60, de 20 de junho de 2005.

Referida proposição não recebeu emenda durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, a propositura preenche todos os requisitos necessários e encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Verificamos, então, que não existem impedimentos para a sua tramitação e julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2005.


REGINALDO MARTINS DA SILVA
RELATOR


GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI
PRESIDENTE


JOSUÉ NATANAEL ZANETTI PICOLINI
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 60, de 20 de junho de 2005, da vereadora Fátima Marina Celin.

De acordo com o despacho do Sr. Presidente, o projeto foi enviado inicialmente à Comissão de Justiça e Redação que opinou favoravelmente.


Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. Nesse sentido, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente e posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em epígrafe.

É o nosso parecer.

Saía das Comissões, 18 de outubro de 2005.


SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
RELATOR


FÁTIMA MARINA CELIN
PRESIDENTE


TERESA CHIARADIA PERUCHI
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Ofício nº. 174/2005 - CMC

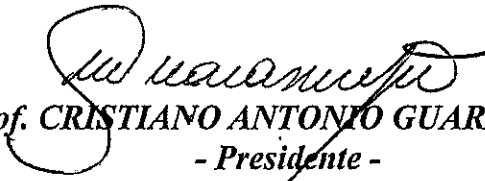
Cordeirópolis, 19 de outubro de 2005.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos, através do presente, cópia autêntica dos autógrafos nº 2396 e 2397, proveniente da aprovação dos Projetos de Lei nº. 60 e 75/2005, na 34ª. sessão ordinária deste ano legislativo, realizada no dia de ontem.

Sendo o que se apresenta, renovo na oportunidade os protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Prof. CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN
- Presidente -

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal
CORDEIRÓPOLIS - SP

Prefeitura Municipal Cordeirópolis	
PROT. Nº	2010/05
	19/10/05
Recebido em:	
Assinado em:	
Assinatura	



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

9
P

Autógrafo nº 2396

(Projeto de Lei nº 60/2005, da vereadora Fátima Marina Celin)

Institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º - Fica instituído o 'Projeto Férias', a ser desenvolvido durante o período de recesso escolar e férias, nas escolas municipais.

Art. 2º - O Projeto Férias terá os seguintes objetivos :

- I - desenvolver ações de cidadania dirigidas a crianças e adolescentes;
- II - aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola ;
- III - reduzir os riscos de danos psicossociais a que as crianças e adolescentes ficam expostos durante as férias escolares;
- IV - reduzir os níveis de violência observados durante as férias escolares;
- V - desenvolver programas de caráter sócio-cultural, esportivo e de educação em saúde;
- VI - incrementar o processo de descentralização e intersetorialidade administrativas.

Art. 3º - Poderão se inscrever no "Projeto Férias" as crianças e adolescentes da comunidade da escola.

Art. 4º - As inscrições das crianças e adolescentes interessadas em participar do "Projeto Férias" serão feitas nas escolas, dois meses antes do período de férias e do recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do "Projeto Férias" deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades sócio-culturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o "Projeto Férias" será desenvolvido, nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O "Projeto Férias" deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

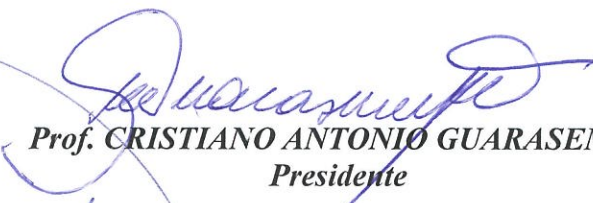
Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

10
4

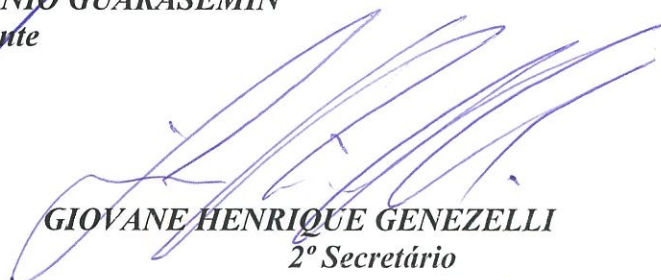
Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 19 de outubro de 2005.


Prof. CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN
Presidente


REGINALDO MARTINS DA SILVA
1º Secretário


GIOVANE HENRIQUE GENEZELLI
2º Secretário



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis



Lei nº 2293
de 20 de outubro de 2005

(Projeto de Lei nº 60/2005, da vereadora Fátima Marina Celin)

Institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, Estado de São Paulo,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o "Projeto Férias", a ser desenvolvido durante o período de recesso escolar e férias, nas escolas municipais.

Art. 2º - O Projeto Férias terá os seguintes objetivos :

- I - desenvolver ações de cidadania dirigidas a crianças e adolescentes;
- II - aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola ;
- III - reduzir os riscos de danos psicossociais a que as crianças e adolescentes ficam expostos durante as férias escolares;
- IV - reduzir os níveis de violência observados durante as férias escolares;
- V - desenvolver programas de caráter sócio-cultural, esportivo e de educação em saúde;
- VI - incrementar o processo de descentralização e intersetorialidade administrativas.

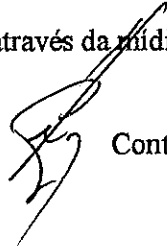
Art. 3º - Poderão se inscrever no "Projeto Férias" as crianças e adolescentes da comunidade da escola.

Art. 4º - As inscrições das crianças e adolescentes interessadas em participar do "Projeto Férias" serão feitas nas escolas, dois meses antes do período de férias e do recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do "Projeto Férias" deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades sócio-culturais.

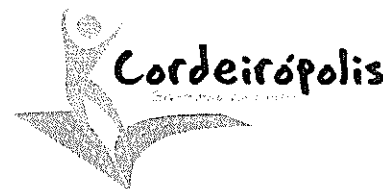
Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o "Projeto Férias" será desenvolvido, nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O "Projeto Férias" deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.


Continua



Prefeitura
Municipal de
Cordeirópolis



Lei nº 2293/05

continuação

fls.02

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

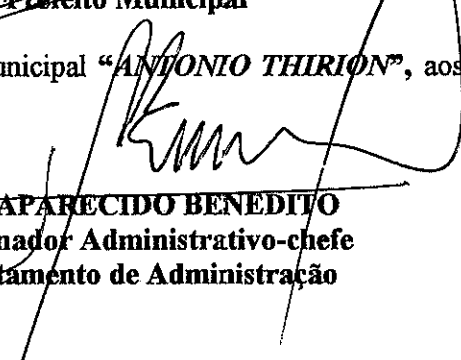
Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 20 de outubro de 2005, 57 da Emancipação Político Administrativa do Município.


CARLOS CEZAR TAMIAZO
Prefeito Municipal

Publicada, e registrada no Paço Municipal "**ANTONIO THIRION**", aos 20 de outubro de 2005.


JOSÉ APARECIDO BENEDITO
Coordenador Administrativo-chefe
Departamento de Administração

Lei nº 2293 de 20 de outubro de 2005

(Projeto de Lei nº 60/2005, da vereadora Fátima Marina Celi)

Institui o "Projeto Férias", a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído o "Projeto Férias", a ser desenvolvido durante o período de recesso escolar e férias, nas escolas municipais.

Art. 2º - O Projeto Férias terá os seguintes objetivos:

- I - desenvolver ações de cidadania dirigidas a crianças e adolescentes;
- II - aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola;
- III - reduzir os riscos de danos psicossociais a que as crianças e adolescentes ficam expostos durante as férias escolares;
- IV - reduzir os níveis de violência observados durante as férias escolares;
- V - desenvolver programas de caráter sócio-cultural, esportivo e de educação em saúde;
- VI - incrementar o processo de descentralização e intersectorialidade administrativas.

Art. 3º - Poderão se inscrever no "Projeto Férias" as crianças e adolescentes da comunidade da escola.

Art. 4º - As inscrições das crianças e adolescentes interessadas em participar do "Projeto Férias" serão feitas nas escolas, dois meses antes do período de férias e do recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do "Projeto Férias" deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades sócio-culturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o "Projeto Férias" será desenvolvido, nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O "Projeto Férias" deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 20 de outubro de 2005, 57 da Emancipação Política Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 20 de outubro de 2005.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo Chefe

Lei nº 2294 de 20 de outubro de 2005

(Projeto de Lei nº 75/2005, do vereador Cristiano Antonio Guarasemin)

Proíbe qualquer tipo de sinalização de trânsito feita por terceiros em vias públicas do município sem autorização do órgão municipal de trânsito e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica proibido qualquer tipo de sinalização de trânsito feita nas vias públicas do município sem autorização expressa do órgão municipal de trânsito.

§ 1º - Para efeito desta lei, considera-se sinalização de trânsito, símbolos ou indicações semelhantes às placas contidas no código trânsito Brasileiro, pinturas de guias ou outras marcas no solo ou em placas verticais, colocação de cones, cavaletes ou outros objetos de sinalização ou demarcação que possam confundir o trânsito.

§ 2º - Para efeito desta lei, considera-se infrator, o agente da prática, o ordenador, o proprietário do imóvel ou o responsável pelo uso.

Art. 2º - Para o cumprimento da lei, os responsáveis, serão notificados para sanarem as irregularidades, no prazo de 48 horas, incluindo as sinalizações que foram realizadas anteriormente a presente lei. Não sanadas as irregularidades o órgão municipal de trânsito poderá executar os serviços necessários e apropriar os custos para o responsável, além de lavrar multa referente à infração.

Parágrafo único. Quando a sinalização oferecer obstáculo a livre circulação, o órgão de trânsito promoverá a imediata remoção com o ônus dos serviços ao infrator, além de multa.

Art. 3º - A notificação de que trata o artigo anterior será dirigida pessoalmente ao responsável ou seu representante legal, podendo efetivar-se, igualmente, por via postal, com aviso de recebimento no endereço constante no cadastro Fiscal da Prefeitura.

Parágrafo único. Presume-se notificado o responsável quando o aviso de recebimento retornar assinado por terceiro, desde que correto o endereço de correspondência.

Art. 4º - O não atendimento da notificação importará na aplicação de multa, por irregularidade constatada, no valor de 01 salário mínimo.

Art. 5º - A fiscalização relativa ao cumprimento das obrigações estabelecidas na presente lei, bem como as respectivas autuações e aplicação das penalidades, serão realizadas pelo departamento competente.

Parágrafo único. A receita oriunda do pagamento das multas e bem como dos valores arrecadados para a correção das irregularidades, serão destinadas ao Fundo Municipal de Trânsito.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 20 de outubro de 2005, 57 da Emancipação Política Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicada e registrada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 20 de outubro de 2005.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo Chefe

Decreto nº 2335 de 26 de outubro de 2005

Outorga Permissão de Uso Remunerado, para a instalação e funcionamento Banca de Jornal e Revistas, conforme específica.

Carlos Cezar Tamiazo - Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe confere o artigo 81, incisos XIX e XX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis; e,

Considerando: o que dispõe o Processo Administrativo datado de 07 de outubro de 2005;

D E C R E T A:

Art. 1º - Pelo presente Decreto e na melhor forma de direito, o Município, através da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis por seu representante legal, senhor **Carlos Cezar Tamiazo** - Prefeito Municipal, outorga ao Sr. Mario Sivanil Lopes, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Cordeirópolis - SP, na Rua Osvaldo Celoti, nº 201, Jardim Planalto, CIRG nº 22.367.584-2 - CPF nº 139.544.768-24, A Permissão para a instalação e funcionamento de uma banca de jornal e revistas e conexos, na Praça Comendador Jamil Abrahão Saad, na Rua Saldanha Marinho com área que perfaz 9 40 m2 (nove metros e quarenta centímetros quadrados).

Art. 2º - A Permissão, outorgada no artigo 1º deste, é feita a título precário e por prazo certo e determinado de 05 (cinco) anos, a contar de 1º de setembro de 2005, podendo ser revogada pela administração, a qualquer tempo, sem quaisquer restituições ou indenizações.

§ 1º - Se ocorrer interesse e acordo entre as partes, a Permitente poderá, a seu exclusivo critério, prorrogar o prazo desta permissão, respeitando o que prevê em a Lei Federal nº 8666/93, com posteriores alterações, desde que o Permissionário cumpra rigorosamente as suas obrigações assumidas e proporcione perfeito atendimento ao público.

§ 2º - Durante a vigência desta permissão, fica o Permissionário obrigado ao pagamento de todos os emolumentos, tributos municipais, estaduais e federais que incidem ou venham a incidir sobre a presente permissão, bem como o recolhimento anual sobre a ocupação de solo do local permitido, tudo de conformidade com o que prevê a legislação municipal vigente e o Processo Administrativo nº 1937/05.

Art. 3º - Correrão por conta do Permissionário, as despesas decorrentes de energia elétrica e correlata.

Art. 4º - A inobservância, pelo Permissionário das cláusulas de obrigações constantes deste decreto, acarretarão sanções administrativas como:

- a) Advertência,
- b) Suspensão dos trabalhos por 03 (três) dias, e,
- c) Cassação da permissão, com desocupação imediata do local ocupado.

Art. 5º - Findo o prazo certo e determinado estipulado no artigo 2º deste Decreto, o Permissionário restituirá o referido local permitido imediatamente à posse direta da Permitente, inclusive com todos os melhoramentos e benfeitorias, porventura, nele realizados pelo Permissionário, sem direito a quaisquer eventuais indenizações ou retenção do local permitido.

Art. 6º - O Permissionário não poderá transferir, no todo ou em parte, bem como, a subcessão, empréstimo ou arrendamento/locação a terceiros, a permissão ora concedida através deste Decreto, sem prévia e expressa autorização da Permitente devendo também obedecer ri-

I - Será de exclusiva responsabilidade do Permissionário, as instalações necessárias ao perfeito atendimento do público, inclusive com vistoria regular por parte da Permitente.

II - Os custos e manutenção das instalações serão por conta e responsabilidade do Permissionário.

III - O Permissionário deverá assentar no local a que se refere o presente artigo os equipamentos e acessórios necessários, obedecendo as determinações da Permitente nesse sentido.

- IV - É dever do Permissionário
- a) - utilizar o local exclusivamente para os fins descritos neste Decreto;
 - b) - manter o local permitido sempre limpo, e dentro dos mais rigorosos princípios de higiene, sob pena de advertência de sua atividade e até cassação da Permissão, sem quaisquer indenizações, com desocupação imediata do local ocupado;
 - c) - impedir a fixação, no local, de cartazes de propaganda político - partidária, pornográficas e contrárias à moral ou leis vigentes;
 - d) - submeter-se a fiscalização da Prefeitura e dos Órgãos Oficiais de Higiene, Segurança e Meio Ambiente;
 - e) - acatar as solicitações que lhe forem impostas, visando à regularização ou melhoria do atendimento oferecido, responsabilizando-se por danos que venham a ocorrer, pelo uso permitido, para assim restituí-lo quando findo ou rescindido esta permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao local permitido.

Art. 7º - A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de revogar a presente permissão, a qualquer tempo, caso constate a sua inconveniência em relação aos serviços prestados pelo Permissionário, e ainda por razões de interesse público.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de setembro de 2005, revogadas as eventuais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, 26 de outubro de 2005; 57 da Emancipação Político-Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 26 de outubro de 2005.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo - Chefe
Departamento de Administração

Decreto nº 2345 de 16 de novembro de 2005

Dá nova constituição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis.

Carlos Cezar Tamiazo - Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que lhe confere o artigo 81, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis,

D e c r e t a:

Art. 1º - Fica a contar de 16/11/2005, dada nova constituição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis, nos termos da Lei Municipal nº 1856, de 08 de maio de 1996, especificamente, em seu Capítulo II, Seção I, II e III.

Art. 2º - O "Conselho" de que trata o "caput" do artigo

1º, compor-se-á dos seguintes membros:

Do Governo Municipal

I – Departamento de Educação e Cultura

Titular – Lázara Aparecida Hespanhol
Suplente – Andréia Peruchi Pannágio

II – Departamento de Saúde

Titular – Marlene Aparecida Bacochina
Suplente – Joice Tristão de Souza

III – Departamento de Promoção Social

Titular – Tânia Muniz Rosa de Vasconcelos
Suplente – Nadir de Souza Barbosa

IV – Segurança (Guarda Municipal)

Titular – Cássia de Moraes
Suplente – Onofre Pereira dos Santos

V – Departamento de Esportes e Turismo

Titular – Ordália Variza Barbosa
Suplente – Aline Minatel

Entidades não Governamentais

I – Pastoral da Criança

Titular – Maria Zoraide Celotti Minatel
Suplente – Rosita Odílio dos Santos Bernardo

II – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular – Liliâne Maria Buschinelli Della Coletta
Suplente – Fátima Gazana

III – Patrulha Mirim de Cordeirópolis

Titular – Ariana Cristina Geniselli
Suplente – Maria Aparecida Brasiliano da Silva

IV – Igrejas Evangélicas

Titular – Edson Honorato de Barros
Suplente – Vivian Cristina Santos Pereira

X – Rotary Club de Cordeirópolis

Titular – José Daniel de Melo
Suplente – Irineu Priminini

Art. 3º - A função de membros do “Conselho” é considerada de interesse público por conseguinte, de alta relevância, sendo vedada sua remuneração (art. 10, da lei 1856/96).

Art. 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação, apenas uma vez e por igual período (artigo 13, da lei 1856/96)

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 16 de novembro de 2005 - 57 da Emancipação Político-Administrativa do município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Paço Municipal “Antonio Thirion”, em 16 de novembro de 2005.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo - Chefe

Portaria nº 6091 de 17 de outubro de 2005

Contrata Servidora, em caráter temporário, no Emprego Público de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Municipalidade, conforme especifica.

Carlos Cezar Tamiazo - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe confere o artigo 81, incisos VIII e XLX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, e,

Considerando - o que dispõe o memorando expedido pela Seção Pessoal da Municipalidade, com cópia em seu poder;

Considerando - o que dispõe a Lei Municipal nº 2237, de 27 de janeiro de 2005.

Considerando - finalmente, que o Departamento de considerado prestação serviços de natureza essencial à comunidade.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica contratada pelo período de 17/10/2005, à 16/04/2006, nos termos da Lei Municipal nº 2237, de 27 de janeiro de 2005, o Sra. Ionice Naves Duarte Lessari - portadora da CIRG. Nº 16.386.361 e cadastrada no Pis/Pasep sob nº 124.310.105-80, para exercer as funções do emprego público de Psicóloga do Departamento de - Quadro de Pessoal Celetista da Municipalidade

Art. 2º - A Servidora, ora contratada, prestará serviços com subordinação ao Departamento de, cuja jornada, horário e local de trabalho, serão os estabelecidos pelo responsável do setor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, em 17 de outubro de 2005 - 57 da Emancipação Político-Administrativa do Município.

Carlos Cezar Tamiazo
Prefeito Municipal

Publicado e registrada no Paço Municipal “Antonio Thirion”, em 17 de outubro de 2005.

José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo - Chefe
Departamento Administração

RECEPÇÃO DA PREFEITURA

PAÇO MUNICIPAL

3556-9900



19a

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000910063

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, são réus PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS e PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), BERETTA DA SILVEIRA, ADEMIR BENEDITO, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE E ALVARO PASSOS.

São Paulo, 7 de dezembro de 2016.

AMORIM CANTUÁRIA
RELATOR
Assinatura Eletrônica



15K

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000

Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Réus: Prefeito do Município de Cordeirópolis e Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis

Comarca: São Paulo

Voto nº 29.770

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL 2.293, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005, DE CORDEIRÓPOLIS - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROJETO FÉRIAS" - PROCESSO LEGISLATIVO - INICIATIVA PARLAMENTAR - INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 6º E 8º DA LEI IMPUGNADA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO - MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, II, XI E XIV, E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - INGERÊNCIA NAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DE DIREÇÃO DA CIDADE - INADMISSIBILIDADE.

Não cabe ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, ainda que por lei, praticar atos de caráter administrativo próprios do Poder Executivo, cuja atuação privativa na deflagração do processo legislativo está definida no texto constitucional. Essa prática legislativa de invadir a esfera de competência exclusiva do Executivo, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.

PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS 6º E 8º DA LEI IMPUGNADA.



156

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade postulada pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO para impugnar a Lei 2.293 de 20 de outubro de 2005 do Município de Cordeirópolis e que instituiu o Projeto Férias.

Afirma que a instituição de programas e serviços administrativos, por órgãos do Poder Executivo é matéria da reserva da Administração e da iniciativa legislativa reservada do Chefe do Poder Executivo, sendo inconstitucional lei de **iniciativa parlamentar**, maculada ainda pela **ausência de fonte de cobertura de novos gastos públicos** (art. 25 da Constituição Estadual); indicou violação do princípio da separação de poderes (arts. 5º, 24, parágrafo 2º, 2, 47, II, XIV, XIX e 144 da Constituição Estadual).

Disse que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação ou instituição de programas, campanhas e serviços administrativos, nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal e a própria população e, por isso, quando o Poder Legislativo do Município edita lei instituindo o Projeto Férias a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais, invade, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação dos poderes.

Peçou o recebimento e processamento da declaratória para que ao final seja julgada procedente, reconhecendo-se a



16f

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

inconstitucionalidade da Lei 2.293 de 20 de outubro de 2005, do Município de Cordeirópolis.

Indeferida a liminar (fls. 56/57), a Procuradoria Geral do Estado, manifestou seu desinteresse na defesa do ato (fls. 71/74).

A Prefeitura Municipal prestou as informações (fls.76/77).

Parecer da d. Procuradoria-Geral de Justiça, pela procedência do pedido (fls.80/85).

É o relatório.

A Lei Municipal nº 2.293, de 20 de outubro de 2005, do Município de Cordeirópolis, dispõe:

" (...)

Art. 1º - Fica instituído o "Projeto Férias", a ser desenvolvido durante o período de recesso escolar e férias, nas escolas municipais.

Art. 2º - O Projeto Férias terá os seguintes objetivos:

I - desenvolver ações de cidadania dirigidas a crianças e adolescentes;

II - aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola;

III - reduzir os riscos de danos psicossociais a que as crianças e adolescentes ficam expostos durante as férias escolares;

IV - reduzir os níveis de violência observados durante as férias escolares;

V - desenvolver programas de caráter sociocultural, esportivo e de educação em saúde;

VI - incrementar o processo de descentralização e intersetorialidade administrativas.

Art. 3º - Poderão se inscrever no Projeto Férias as crianças e adolescentes da comunidade da escola.

Art. 4º - As inscrições das crianças e adolescentes interessadas em



17

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

participar do Projeto Férias serão feitas nas escolas, dois meses letivos no período de férias e no recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do Projeto Férias deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades socioculturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto Férias será desenvolvido nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O Projeto Férias deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário. A lei é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional, como será demonstrado a seguir."

De fato, a meu juízo, a inconstitucionalidade propalada se apresenta, ao menos parcialmente.

Houve, *data venia*, usurpação, senão total da norma, ao menos em parte dela, da competência do Prefeito do Município na iniciativa da lei impugnada, de iniciativa parlamentar, da Vereadora Fátima Marina Celin (fls. 17/18).

Por mais nobre que seja o escopo da lei, cujos objetivos, em síntese, buscam evitar que no período de férias escolares as crianças fiquem sem atividades e possam frequentar as escolas municipais com o objetivo de desenvolverem ações de cidadania e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola, entre outras finalidades, certo é que o Legislativo não pode impor ao Poder Executivo, ato normativo consubstanciado em violação ao princípio da Separação de Poderes, previsto no art. 5º, e art. 47, II e XIV, da Constituição do Estado, aplicáveis aos Municípios por força do art. 144 da Carta Paulista.

Isso porque embora o Poder Legislativo possa concorrentemente com o Poder Executivo criar ou instituir programas, campanhas, *data venia*, não pode impor ao Executivo a realização de serviços administrativos, nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal e a própria população.

Assim, quando o Poder Legislativo do Município edita lei instituindo o 'Projeto Férias', e no artigo 6º, determina que o "*Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto*" será implantado, assim como no artigo 8º, estabelece que o "*Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa*", ao meu sentir, invade, indevidamente, esfera que é própria da competência do Administrador Público, violando o princípio da "reserva da administração", como salientado acima.

Hely Lopes Meirelles, Direito administrativo brasileiro, 31.ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p. 766, leciona a respeito das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

atribuições do Prefeito: *"A administração municipal é dirigida pelo Prefeito, que, unipessoalmente, como Chefe do Executivo local, comanda, supervisiona e coordena os serviços de peculiar interesse do Município, auxiliado por Secretários Municipais ou Diretores de Departamento, conforme a organização da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades, sendo permitida, ainda, a criação das autarquias e empresas estatais, visando à descentralização administrativa".* E, também, na obra *Direito municipal brasileiro*, cit, p. 541: *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional; criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal".*

Destarte, a iniciativa de leis que invadam essa esfera privativa de competência afronta o disposto no artigo 5º, da Constituição Estadual:

"Art. 5º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Além de violar também o disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

(...)

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

(...)

XI - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo"

E a aplicabilidade dessas disciplinas no âmbito do Município se dá por força do disposto no artigo 144 da Constituição Estadual:

"Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição".

Destarte, a norma atacada, em que pese seu importante conteúdo em favor das crianças e da juventude, usurpou a competência privativa do Prefeito, porquanto a Câmara de Vereadores impôs ao Executivo, o dever de fixar datas para a implantação do projeto, com o emprego dos diversos órgãos da Administração local, em afronta, portanto, ao princípio da Reserva da Administração.

O respeito ao princípio da Separação dos Poderes é cânone constitucional, de modo que extravasa os limites da Carta Política qualquer dispositivo normativo que coloque o Poder Executivo na posição de subordinação ao comando de outro Poder, na hipótese, o Poder Legislativo, tal como se percebe do conteúdo dos artigos 6º e 8º da lei impugnada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Essa prática legislativa de invadir a esfera de competência exclusiva do Executivo, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.

Nesse sentido, v. precedentes deste Órgão Especial:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 3.479, de 16 de julho de 2015, do Município de Santana do Paranaíba, que dispõe sobre 'a implantação de Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo Embarcadas nos Veículos Utilizados no Transporte Coletivo Municipal de Passageiro e dá outras providências'. Vício de iniciativa e afronta ao princípio de separação e independência entre os poderes. Lei que cria encargos a órgão e Secretarias do Município, além de despesas sem indicação de fonte de custeio, acarretando, ainda, desequilíbrio entre o custo/benefício das concessionárias/permissionárias quando da proposta ofertada em licitação, ao impor pesados ônus com a implantação do sistema de monitoramento. Afronta aos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, 25 e 117 da Constituição Estadual. Ação procedente" (ADI nº 2187120-36.2015.3.26.0000, rel. Des. Xavier de Aquino, j. em 27.01.16);

"I Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Ourinhos nº 6.154, de 15 de outubro de 2014, que 'autoriza a implantação do 'Boletim Escolar Eletrônico' nas escolas da rede pública de ensino do município de Ourinhos". II Trata-se de diploma legislativo verticalmente incompatível com a regra da iniciativa reservada e com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes. III Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

que consagra a separação dos poderes estatais. Além disso, a lei cria despesas para o erário público sem indicar a fonte dos recursos disponíveis para fazer frente aos novos encargos. Ofensa aos artigos 5º; 24, §2º, 1; 25; 47, II e XIV; 144 todos da Constituição Paulista. IV Inconstitucionalidade configurada. Ação procedente" (ADI nº 2000359-91.2015.8.26.0000, rel. Des. Guerrieri Rezende, j. em 11.03.2015);

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 5.056, de 18 de abril de 2011, do Município de Bauru. Norma que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade pela Internet dos dados de todos os contratos e convênios firmados. Lei promulgada pela Câmara de Vereadores após veto do Prefeito. Competência privativa do chefe do Executivo para a iniciativa de lei sobre organização e funcionamento da Administração, inclusive as que importem indevido aumento de despesa pública sem a indicação dos recursos disponíveis. Inconstitucionalidade por violação ao princípio da separação, independência e harmonia entre os Poderes. Procedência da ação. É inconstitucional lei, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade pela Internet dos dados de todos os contratos e convênios firmados no âmbito do Município, por se tratar de matéria cuja competência exclusiva é do chefe do Executivo, responsável para a iniciativa de lei sobre organização e funcionamento da Administração, configurando violação ao princípio da separação de poderes por invasão da esfera da gestão administrativa" (ADI nº 0086962-46.2011.8.26.0000, rel. Des. Kioitsi Chicuta, j. em 23.05.2012).

Quanto à questão reportada à falta de fonte de custeio, se fosse este o único fundamento para fundamentar um decreto de inconstitucionalidade, a inicial não teria sucesso.

Nesse passo, pedindo licença para a eles referir-me como se meus fossem, os fundamentos contidos na ADI 2035546-29.2016.8.26.0000, Relator o I. Desembargador Evaristo dos Santos, Comarca: São Paulo, Órgão julgador: Órgão Especial, Data do julgamento: 27/07/2016, de cujo voto condutor do acórdão, extraio o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

excerto a seguir reproduzido:

"Em que pese diversas vezes ter entendido inconstitucionais normas nessas condições (ADIn nº 2.000.343-40.2015.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.186.842-69.2014.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.003.556-54.2015.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15; ADIn nº 2.223.854-20.2014.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15 dentre outros no mesmo sentido), reconsiderarei meu posicionamento quanto a esse ponto. Disciplina a Constituição Banãeirante: "Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos." No caso, embora o art. 9º, da Lei Municipal nº 11.896/16, não aponte, especificamente, de onde viriam as despesas decorrentes de sua promulgação, previu, genericamente, sobre tal assunto, assim dispondo: "As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias." Ora, as leis que criam despesas e perpetrem a indicação, embora genericamente, da fonte de custeio, máxime quando não dizem respeito à previdência social, não devem ser declaradas inconstitucionais, podendo resultar apenas em sua inexecutabilidade para o mesmo exercício. Não discrepa desse entendimento o Colendo Órgão Especial: "Embora a lei apreciada traga, em seu artigo 4º, apenas a previsão de que a dotação orçamentária para o custeio dos encargos financeiros decorrentes de sua implementação correrão 'à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessária', tal previsão, embora generalista, não se constitui em mácula de constitucionalidade, importando, no máximo, na inexecutabilidade da norma no mesmo exercício orçamentário em que fora promulgada." (...) "Tem-se, dessa forma, que, sobrevindo em determinado exercício orçamentário norma que, de forma genérica, tenha por consequência a assunção de gastos pela Administração Pública, essas gastos poderão ser absorvidos pelo orçamento de três maneiras: (I) através de sua inserção nos gastos já previstos,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

242

seja por meio da utilização de reserva orçamentária de determinada rubrica, seja pelo remanejamento de verbas previstas e não utilizadas; (II) pela complementação do orçamento aprovado com verbas adicionais, através de créditos suplementares àqueles devidamente autorizados, ou de créditos especiais ou extraordinários; ou, por fim, quando inviável essa complementação, (III) através de sua inserção no planejamento orçamentário do exercício subsequente.” “Entende-se, assim, que a previsão de dotação orçamentária generalista não poderá constituir em inafastável vício de inconstitucionalidade, vez que possíveis tanto o remanejamento orçamentário, quanto a sua complementação com verbas adicionais para acomodação das novas despesas. Possível, ademais, em última análise, a postergação do planejamento dos novos gastos para o exercício orçamentário subsequente, para que a Administração preserve a integridade de suas finanças.” (grifei ADIn nº 2110879-55.2014.8.26.0000 v.u. j. de 12.11.14 Rel. Des. MÁRCIO BÁRTOLI). E, “... a simples alegação de falta de previsão orçamentária somente inviabiliza a execução da despesa no exercício financeiro em que a lei é publicada, podendo ser aplicada nos anos seguintes sem que se tenha de declarar sua inconstitucionalidade.” (ADIn nº 2181349-14.2014.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15 Rel. Des. JOSÉ DAMIÃO PINHEIRO MACHADO COGAN). No mesmo sentido o posicionamento do C. Supremo Tribunal Federal: “Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis federais nº 11.169/2005 e 11.170/2005, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (arts. 2º 37, X, e 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (art. 169, § 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do art. 169, § 1º, da Carta Magna. Precedentes : ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3.4.98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13.6.2003. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente." (grifei: ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES). E ainda: ADI/MC 484/PR, Rel. Min. CÉLIO BORJA, j. 06.06.91; ADI 1243-6, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, j. 17.08.95; ADI 1.428-5, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, j. 01.04.96; ADI 1585/DF, Rel. Des. SEPÚLVEDA PERTENCE; AI-ARG 446679, Rel. Min. ELLEN GRACIE, j. 13.12.05; ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES; RE 770329/SP, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, j. 29.05.14. Nesses termos, à luz desses entendimentos, não há que se falar em inconstitucionalidade por indicação genérica de fonte de custeio."

A norma em apreciação, ainda que genericamente, também previa uma fonte de custeio: "Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias."

Todavia, o vício de iniciativa restou insuperável, por isso, a procedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ante o exposto, **JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, para proclamar a inconstitucionalidade dos artigos 6º e 8º da Lei nº 2.293, de 20 de outubro de 2005, do Município de Cordeirópolis.

AMORIM CANTUÁRIA
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Palácio da Justiça
Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
São Paulo/SP - CEP 01018-010
Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

Ofício n.º 248 - A/2017-amp
Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.25.0000 (**DIGITAL**)
Número de Origem: 2293/2005 - 41311/2016
Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réu: Prefeito do Município de Cordeirópolis e outro

Senhor Presidente,

Permito-me transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente do Tribunal de Justiça

A
Sua Excelência, o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Cordeirópolis - SP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000910063

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, são réus PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS e PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), BERETTA DA SILVEIRA, ADEMIR BENEDITO, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE E ALVARO PASSOS.

São Paulo, 7 de dezembro de 2016.

AMORIM CANTUÁRIA
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade postulada pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** para impugnar a Lei 2.293 de 20 de outubro de 2005 do Município de Cordeirópolis e que instituiu o Projeto Férias.

Afirma que a instituição de programas e serviços administrativos, por órgãos do Poder Executivo é matéria da reserva da Administração e da iniciativa legislativa reservada do Chefe do Poder Executivo, sendo inconstitucional lei de **iniciativa parlamentar**, maculada ainda pela **ausência de fonte de cobertura de novos gastos públicos** (art. 25 da Constituição Estadual); indicou violação do princípio da separação de poderes (arts. 5º, 24, parágrafo 2º, 2, 47, II, XIV, XIX e 144 da Constituição Estadual).

Disse que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação ou instituição de programas, campanhas e serviços administrativos, nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal e a própria população e, por isso, quando o Poder Legislativo do Município edita lei instituindo o Projeto Férias a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais, invade, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação dos poderes.

Pediu o recebimento e processamento da declaratória para que ao final seja julgada procedente, reconhecendo-se a

participar do Projeto Férias serão feitas nas escolas, dois meses letivos ao período de férias e ao recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do Projeto Férias deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades socioculturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto Férias será desenvolvido nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O Projeto Férias deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário. A lei é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional, como será demonstrado a seguir."

De fato, a meu juízo, a inconstitucionalidade propalada se apresenta, ao menos parcialmente.

Houve, *data venia*, usurpação, senão total da norma, ao menos em parte dela, da competência do Prefeito do Município na iniciativa da lei impugnada, de iniciativa parlamentar, da Vereadora Fátima Marina Celin (fls. 17/18).

Por mais nobre que seja o escopo da lei, cujos objetivos, em síntese, buscam evitar que no período de férias escolares as crianças fiquem sem atividades e possam frequentar as escolas municipais com o objetivo de desenvolverem ações de cidadania e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

atribuições do Prefeito: *"A administração municipal é dirigida pelo Prefeito, que, unipessoalmente, como Chefe do Executivo local, comanda, supervisiona e coordena os serviços de peculiar interesse do Município, auxiliado por Secretários Municipais ou Diretores de Departamento, conforme a organização da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades, sendo permitida, ainda, a criação das autarquias e empresas estatais, visando à descentralização administrativa"*. E, também, na obra Direito municipal brasileiro, cit, p. 541: *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional; criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal"*.

Destarte, a iniciativa de leis que invadam essa esfera privativa de competência afronta o disposto no artigo 5º, da Constituição Estadual:

"Art. 5º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Além de violar também o disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

(...)

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Essa prática legislativa de invadir a esfera de competência exclusiva do Executivo, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.

Nesse sentido, v. precedentes deste Órgão Especial:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 3.479, de 16 de julho de 2015, do Município de Santana do Parnaíba, que dispõe sobre "a implantação de Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo Embarcadas nos Veículos Utilizados no Transporte Coletivo Municipal de Passageiro e dá outras providências". Vício de iniciativa e afronta ao princípio de separação e inabhängência entre os poderes. Lei que cria encargos a órgão e Secretarias do Município, além de despesas sem indicação de fonte de custeio, acarretando, ainda, desequilíbrio entre o custo/benefício das concessionárias/permissionárias quando da proposta ofertada em licitação, ao impor pesados ônus com a implantação do sistema de monitoramento. Afronta aos artigos 5º, 47, II, XIV e XIX, 25 e 117 da Constituição Estadual. Ação procedente" (ADI nº 2187120-36.2015.8.26.0000, rel. Des. Xavier de Aquino, j. em 27.01.16);

"I Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Ourinhos nº 6.154, de 15 de outubro de 2014, que 'autoriza a implantação do 'Boletim Escolar Eletrônico' nas escolas da rede pública de ensino do município de Ourinhos". II Trata-se de diploma legislativo verticalmente incompatível com a regra da iniciativa reservada e com o princípio da independência e harmonia entre os Poderes. III Vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo. Se a competência que disciplina a gestão administrativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa do Legislativo importa em violação frontal ao texto constitucional

excerto a seguir reproduzido:

"Em que pese diversas vezes ter entendido inconstitucionais normas nessas condições (ADIn nº 2.000.343-40.2015.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.186.842-69.2014.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.003.556-54.2015.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15; ADIn nº 2.223.854-20.2014.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15 dentre outros no mesmo sentido), reconsiderarei meu posicionamento quanto a esse ponto. Disciplina a Constituição Bandeirante: "Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos." No caso, embora o art. 9º, da Lei Municipal nº 11.896/16, não aponte, especificamente, de onde viriam as despesas decorrentes de sua promulgação, previu, genericamente, sobre tal assunto, assim dispondo. "As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias." Ora, as leis que criam despesas e perpetrem a indicação, embora genericamente, da fonte de custeio, máxime quando não dizem respeito à previdência social, não devem ser declaradas inconstitucionais, podendo resultar apenas em sua inexecutabilidade para o mesmo exercício. Não discrepa desse entendimento o Colendo Órgão Especial: "Embora a lei apreciada traga, em seu artigo 4º, apenas a previsão de que a dotação orçamentária para o custeio dos encargos financeiros decorrentes de sua implementação correrão 'à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessária', tal previsão, embora generalista, não se constitui em mácula de constitucionalidade, importando, no máximo, na inexecutabilidade da norma no mesmo exercício orçamentário em que fora promulgada." (...) "Tem-se, dessa forma, que, sobrevindo em determinado exercício orçamentário norma que, de forma genérica, tenha por consequência a assunção de gastos pela Administração Pública, esses gastos poderão ser absorvidos pelo orçamento de três maneiras: '1) através de sua inserção nos gastos já previstos,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do art. 169, § 1º, da Carta Magna. Precedentes : ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3.4.98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13.6.2003. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente." (grife: ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES). E ainda: ADI/MC 484/PR, Rel. Min. CÉLIO BORJA, j. 06.06.91; ADI 1243-6, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, j. 17.08.95; ADI 1.428-5, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, j. 01.04.96; ADI 1585/DF, Rel. Des. SEPÚLVEDA PERTENCE; AI-ARG 446679, Rel. Min. ELLEN GRACIE, j. 13.12.05; ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES; RE 770329/SP, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, j. 29.05.14. Nesses termos, à luz desses entendimentos, não há que se falar em inconstitucionalidade por indicação genérica de fonte de custeio."

A norma em apreciação, ainda que genericamente, também previu uma fonte de custeio: "Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias."

Todavia, o vício de iniciativa restou insuperável, por isso, a procedência da ação.



351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Palácio da Justiça
Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
São Paulo/SP - CEP 01018-010
Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

Ofício n.º 248 - A/2017-amp
Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000 (**DIGITAL**)
Número de Origem: 2293/2005 - 41311/2016
Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réu: Prefeito do Município de Cordeirópolis e outro

Senhor Presidente,

Permito-me transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente do Tribunal de Justiça

A
Sua Excelência, o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Cordeirópolis - SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 6.1 - Serv. de Proces. do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 01018-010

SENHA DE ACESSO AO PROCESSO

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Recurso :Direta de Inconstitucionalidade

Processo nº : 2121831-87.2016.8.26.0000 .

Partes :Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Réus: Prefeito do Município de Cordeirópolis e Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis

Para acesso o processo digital a parte deve digitar a senha:

hejek4

Cordeirópolis, 08 de Março de 2017.
Ofício Gabinete nº 0086/17

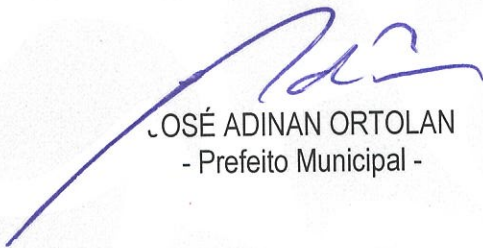
Prezado Senhor,

*Junta-se aos
autos
Cordeirópolis, 16 de
março 2017*
Laerte Lourenço
Presidente

Venho através do presente, apresentar a Vossa Senhoria para análise, o documento anexo enviado através do Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo referente V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade, ofício nº 247-A/2017 de 06 de fevereiro de 2017.

Sendo o que se apresenta, renovo expressões de elevada estima e consideração e a disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


JOSÉ ADINAN ORTOLAN
- Prefeito Municipal -

A
CÂMARA MUNICIPAL
At. Sr. Laerte Lourenço
Md. Presidente
Nesta

PROTÓCOLO Nº 00389/2017
CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
DATA: 16/03/2017 HORA: 09:45
Autoria: Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Assunto: Documento anexo enviado através do Poder Judiciário Tribunal de Justiça ref. Acórdão prolatado nos autos de Direta de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
 Palácio da Justiça
 Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
 São Paulo/SP - CEP 01018-010
 Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

Ofício n.º 247 - A/2017-amp
 Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000 (DIGITAL)
 Número de Origem: 2293/2005 - 41311/2016
 Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
 Réu: Prefeito do Município de Cordeirópolis e outro

Senhor Prefeito,

Permitem-me transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
 Presidente do Tribunal de Justiça

A
 Sua Excelência, o Senhor
 Prefeito do Município de
 Cordeirópolis - SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 6.1 - Serv. de Proces. do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 01018-010

SENHA DE ACESSO AO PROCESSO

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Recurso :Direta de Inconstitucionalidade

Processo nº : 2121801-87.2016.8.26.0000 .

Partes :Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Réus: Prefeito do Município de Cordeirópolis e Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis

Para acesso o processo digital a parte deve digitar a senha:

hejek4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
 SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
 Palácio da Justiça
 Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
 São Paulo/SP - CEP 01018-010
 Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

Ofício n.º 247 - A/2017-amp
 Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000 (DIGITAL)
 Número de Origem: 2293/2005 - 41311/2016
 Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
 Réu: Prefeito do Município de Cordeirópolis e outro

Senhor Prefeito,

Permito-me transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
 Presidente do Tribunal de Justiça

A
 Sua Excelência, o Senhor
 Prefeito do Município de
 Cordeirópolis - SP



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000910063

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, são réus PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS e PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS.

ACORDAM, em: Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), BERETTA DA SILVEIRA, ADEMIR BENEDITO, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, FÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE E ALVARO PASSOS.

São Paulo, 7 de dezembro de 2016.

AMORIM CANTUÁRIA
RELATOR
Assinatura Eletrônica

participar do Projeto Férias serão feitas nas escolas, dois meses letivos ao período de férias e ao recesso escolar.

Art. 5º - As atividades do Projeto Férias deverão ser planejadas e desenvolvidas de forma descentralizada, respeitando as diversas realidades socioculturais.

Art. 6º - O Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto Férias será desenvolvido nos meses de recesso escolar e férias.

Art. 7º - O Projeto Férias deverá ser amplamente divulgado, através da mídia, e junto às comunidades das escolas participantes.

Art. 8º - Para implementar o Programa instituído por esta lei, o Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário. A lei é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional, como será demonstrado a seguir."

De fato, a meu juízo, a inconstitucionalidade propalada se apresenta, ao menos parcialmente.

Houve, *data venia*, usurpação, senão total da norma, ao menos em parte dela, da competência do Prefeito do Município na iniciativa da lei impugnada, de iniciativa parlamentar, da Vereadora Fátima Marina Celin (fls. 17/18).

Por mais nobre que seja o escopo da lei, cujos objetivos, em síntese, buscam evitar que no período de férias escolares as crianças fiquem sem atividades e possam frequentar as escolas municipais com o objetivo de desenvolverem ações de cidadania e



632

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

atribuições do Prefeito: *"A administração municipal é dirigida pelo Prefeito, que, unipessoalmente, como Chefe do Executivo local, comanda, supervisiona e coordena os serviços de peculiar interesse do Município, auxiliado por Secretários Municipais ou Diretores de Departamento, conforme a organização da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades, sendo permitida, ainda, a criação das autarquias e empresas estatais, visando à descentralização administrativa".* E, também, na obra *Direito municipal brasileiro*, cit, p. 541: *"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional; criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal".*

Destarte, a iniciativa de leis que invadam essa esfera privativa de competência afronta o disposto no artigo 5º, da Constituição Estadual:

"Art. 5º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Além de violar também o disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Artigo 47 - Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição:

(...)

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

seja por meio da utilização de reserva orçamentária de determinada rubrica, seja pelo remanejamento de verbas previstas e não utilizadas; (II) pela complementação do orçamento aprovado com verbas adicionais, através de créditos suplementares àqueles devidamente autorizados, ou de créditos especiais ou extraordinários; ou, por fim, quando inviável essa complementação, (III) através de sua inserção no planejamento orçamentário do exercício subsequente." "Entende-se, assim, que a previsão de dotação orçamentária generalista não poderá constituir em inafastável vício de inconstitucionalidade, vez que possíveis tanto o remanejamento orçamentário, quanto a sua complementação com verbas adicionais para acomodação das novas despesas. Possível, ademais, em última análise, a postergação do planejamento dos novos gastos para o exercício orçamentário subsequente, para que a Administração preserve a integridade de suas finanças." (grifei ADIn nº 2110879-55.2014.8.26.0000 v.u. j. de 12.11.14 Rel. Des. MÁRCIO BARTOLI). E, "... a simples alegação de falta de previsão orçamentária somente inviabiliza a execução da despesa no exercício financeiro em que a lei é publicada, podendo ser aplicada nos anos seguintes sem que se tenha de declarar sua inconstitucionalidade." (ADIn nº 2181349-14.2014.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15 Rel. Des. JOSÉ DAMIÃO PINHEIRO MACHADO COGAN). No mesmo sentido o posicionamento do C. Supremo Tribunal Federal: "Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Leis federais nº 11.169/2005 e 11.170/2005, que alteram a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Alegações de vício de iniciativa legislativa (arts. 2º 37, X, e 67, § 1º, II, a, da Constituição Federal); desrespeito ao princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Carta Magna); e inobservância da exigência de prévia dotação orçamentária (art. 159, § 1º, da CF). 4. Não configurada a alegada usurpação de iniciativa privativa do Presidente da República, tendo em vista que as normas impugnadas não pretenderam a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos. 5. Distinção entre reajuste setorial de servidores públicos e revisão geral anual da remuneração dos servidores

públicos: necessidade de lei específica para ambas as situações. 6. Ausência de violação ao princípio da isonomia, porquanto normas que concedem aumentos para determinados grupos, desde que tais reajustes sejam devidamente compensados, se for o caso, não afrontam o princípio da isonomia. 7. A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro. 8. Ação direta não conhecida pelo argumento da violação do art. 169, § 1º, da Carta Magna. Precedentes : ADI 1585-DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, DJ 3.4.98; ADI 2339-SC, Rel. Min. Ilmar Galvão, unânime, DJ 1.6.2001; ADI 2343-SC, Rel. Min. Nelson Jobim, maioria, DJ 13.6.2003. 9. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada improcedente." (grifei ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES). E ainda: ADI/MC 484/PR, Rel. Min. CÉLIO BORJA, j. 06.06.91; ADI 1243-6, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, j. 17.08.95; ADI 1.428-5, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, j. 01.04.96; ADI 1585/DF, Rel. Des. SEPÚLVEDA PERTENCE; AI-ARG 446679, Rel. Min. ELLEN GRACIE, j. 13.12.05; ADI 3599/DF DJ-e de 14.09.07 Rel. Min. GILMAR MENDES; RE 770329/SP, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, j. 29.05.14. Nesses termos, à luz desses entendimentos, não há que se falar em inconstitucionalidade por indicação genérica de fonte de custeio."

A norma em apreciação, ainda que genericamente, também previu uma fonte de custeio: "Art. 9º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias."

Todavia, o vício de iniciativa restou insuperável, por isso, a procedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ante o exposto, **JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, para proclamar a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 8º da Lei nº 2.293, de 20 de outubro de 2005, do Município de Cordeirópolis.

AMORIM CANTUÁRIA
Relator
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

excerto a seguir reproduzido:

"Em que pese diversas vezes ter entendido inconstitucionais normas nessas condições (ADIn nº 2.000.343-40.2015.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.186.842-69.2014.8.26.0000 v.u. j. de 25.02.15; ADIn nº 2.003.556-54.2015.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15; ADIn nº 2.223.854-20.2014.8.26.0000 v.u. j. de 08.04.15 dentre outros no mesmo sentido), reconsiderarei meu posicionamento quanto a esse ponto. Disciplina a Constituição Bandeirante: "Artigo 25 - Nenhum projeto de lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos." No caso, embora o art. 9º, da Lei Municipal nº 11.896/16, não aponte, especificamente, de onde viriam as despesas decorrentes de sua promulgação, previu, genericamente, sobre tal assunto, assim dispondo: "As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias." Ora, as leis que criam despesas e perpetrem a indicação, embora genericamente, da fonte de custeio, máxime quando não dizem respeito à previdência social, não devem ser declaradas inconstitucionais, podendo resultar apenas em sua inexecutabilidade para o mesmo exercício. Não discrepa desse entendimento o Colendo Órgão Especial: "Embora a lei apreciada traga, em seu artigo 4º, apenas a previsão de que a dotação orçamentária para o custeio dos encargos financeiros decorrentes de sua implementação correrão 'à conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessária', tal previsão, embora generalista, não se constitui em mácula de constitucionalidade, importando, no máximo, na inexecutabilidade da norma no mesmo exercício orçamentário em que for promulgada." (...) "Tem-se, dessa forma, que, sobrevindo em determinado exercício orçamentário norma que, de forma genérica, tenha por consequência a assunção de gastos pela Administração Pública, esses gastos poderão ser absorvidos pelo orçamento de três maneiras: (I) através de sua inserção nos gastos já previstos,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

(...)

XI - *iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;*

(...)

XIV - *praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo"*

E a aplicabilidade dessas disciplinas no âmbito do Município se dá por força do disposto no artigo 144 da Constituição Estadual:

"Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição".

Destarte, a norma atacada, em que pese seu importante conteúdo em favor das crianças e da juventude, usurpou a competência privativa do Prefeito, porquanto a Câmara de Vereadores impôs ao Executivo, o dever de fixar datas para a implantação do projeto, com o emprego dos diversos órgãos da Administração local, em afronta, portanto, ao princípio da Reserva da Administração.

C respeito ao princípio da Separação dos Poderes é cânone constitucional, de modo que extravasa os limites da Carta Política qualquer dispositivo normativo que coloque o Poder Executivo na posição de subordinação ao comando de outro Poder, na hipótese, o Poder Legislativo, tal como se percebe do conteúdo dos artigos 6º e 8º da lei impugnada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola, entre outras finalidades, certo é que o Legislativo não pode impor ao Poder Executivo, ato normativo consubstanciado em violação ao princípio da Separação de Poderes, previsto no art. 5º, e art. 47, II e XIV, da Constituição do Estado, aplicáveis aos Municípios por força do art. 144 da Carta Paulista.

Isso porque embora o Poder Legislativo possa concorrentemente com o Poder Executivo criar ou instituir programas, campanhas, *data venia*, não pode impor ao Executivo a realização de serviços administrativos, nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal e a própria população.

Assim, quando o Poder Legislativo do Município edita lei instituindo o 'Projeto Férias', e no artigo 6º, determina que o "*Poder Executivo definirá os períodos em que o Projeto*" será implantado, assim como no artigo 8º, estabelece que o "*Poder Executivo buscará a ação integrada de todos os departamentos municipais, cujas competências estejam afetas aos objetivos do Programa, bem como garantirá a participação de representações estudantis e dos Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente na definição das atividades do Programa*", ao meu sentir, invade, indevidamente, esfera que é própria da competência do Administrador Público, violando o princípio da "reserva da administração", como salientado acima.

Hely Lopes Meirelles, Direito administrativo brasileiro, 31.ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p. 766, leciona a respeito das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Direta de Inconstitucionalidade nº 2121801-87.2016.8.26.0000
Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réus: Prefeito do Município de Cordeirópolis e Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis
Comarca: São Paulo

Voto nº 29.770

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE -
LEI MUNICIPAL 2.293, DE 20 DE OUTUBRO DE
2005, DE CORDEIRÓPOLIS - DISPÕE SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO "PROJETO FÉRIAS" -
PROCESSO LEGISLATIVO - INICIATIVA
PARLAMENTAR - INCONSTITUCIONALIDADE
DOS ARTIGOS 6º E 8º DA LEI IMPUGNADA -
VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DA
ADMINISTRAÇÃO - MATÉRIA DE COMPETÊNCIA
EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO -
AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, II, XI E XIV, E 144,
TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL -
INGERÊNCIA NAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DE
DIREÇÃO DA CIDADE - INADMISSIBILIDADE.

*Não cabe ao Poder Legislativo, sob pena de grave
desrespeito ao postulado da separação de poderes, ainda que
por lei, praticar atos de caráter administrativo próprios do
Poder Executivo, cuja atuação privativa na deflagração do
processo legislativo está definida no texto constitucional.
Essa prática legislativa de invadir a esfera de competência
exclusiva do Executivo, quando efetivada, subverte a
função primária da lei, transgride o princípio da divisão
funcional do poder, representa comportamento heterodoxo
da instituição parlamentar e importa em atuação ultra vires
do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-
jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de
suas prerrogativas institucionais.*

**PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO PARA
DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DOS
ARTIGOS 6º E 8º DA LEI IMPUGNADA.**